

**Ata da 19ª Reunião do
Grupo de Acompanhamento da Implementação do
Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai**

Local: Parque Massairo Okamura - Cuiabá

Data: 08 de maio de 2019

Participantes: lista de presença (Anexo 1)

Boas vindas e Informes

Luiz Henrique Noquelli (SEMA) saudou todos e apresentou a pauta da reunião. Aparecida Vargas (ABRAGEL) solicitou a disponibilização com antecedência dos relatórios dos estudos sobre o impacto dos empreendimentos hidrelétricos, conforme acontecia na época da elaboração do plano de recursos hídricos. Luciana A. Zago (ANA) concordou com a demanda. Aparecida Vargas (ABRAGEL) acrescentou que a ABRAGEL contratou consultoria para apoiar a análise dos estudos e solicitou espaço na reunião para informar o trabalho que será desenvolvido. Luiz Henrique Noquelli (SEMA) colocou em votação a inclusão do tema na pauta, sendo que apenas Débora Calheiros (FONASC) manifestou-se contrária.

“Ferramentas de monitoramento da implementação do PRH Paraguai – MOP e Channel” pela ANA

Marcelo Mazzola (ANA) apresentou (Anexo 2) o Manual Operativo do Plano de Recursos Hídricos (MOP) que está inserido no programa de gerenciamento de projetos Channel, que é a ferramenta de acompanhamento da execução do plano. Indicou o e-mail de contato na ANA para que os membros do GAP tenham acesso ao Channel.

“Resultados parciais do estudo de hidrologia” por Walter Collischonn (IPH-UFRGS)

Luciana A. Zago (ANA) informou que o estudo do impacto dos empreendimentos hidrelétricos se iniciou em 2017 (Anexo 3) e se desdobra em quatro frentes de estudo: socioeconomia, ictiofauna e pesca, qualidade de água e hidrologia. Em seguida, apresentou o professor Walter Collischonn (IPH-UFRGS) e informou o cronograma para conclusão dos estudos até o próximo ano. O professor Walter Collischonn (IPH-UFRGS) informou que desde 2000 vem estudando a questão da hidrologia do Pantanal. Informou que o foco foi analisar a

alteração do regime hidrológico provocado na região pelos empreendimentos hidrelétricos. Relatou que incluiu na apresentação a experiência de outro estudo que avaliou a influência da usina hidrelétrica de Manso, que é uma usina que tem grande volume útil. Iniciou a apresentação abordando as variações dos regimes hidrológicos e o impacto da construção de barramentos (Anexo 4). Em seguida, apresentou os resultados da análise da usina de Manso e o impacto nas vazões mínimas e máximas no trecho onde está a usina e mostrou a redução dos efeitos mais a jusante. Acrescentou que a mesma metodologia de análise de Manso foi aplicada para avaliar novos empreendimentos hidrelétricos e apresentou a regra de operação adotada como representativa das condições da região, concluindo que as barragens propostas não têm capacidade de alteração da condição hidrológica ao nível diário. Entretanto, verificam-se alterações ao nível horário de picos de vazão em função de aspectos como atendimento de picos de demanda de energia elétrica, flushing (liberação de sedimentos de fundo) e tempo de trânsito no reservatório, como aqueles observados no rio Iguaçu. Para analisar esse efeito subdiário, relatou que foi criada uma regra de operação dos reservatórios para verificar o efeito nas vazões de montante para jusante, considerando o efeito de propagação da onda. Relatou resultados que mostram que o efeito pode se propagar por algumas dezenas de quilômetros. As barragens projetadas para a bacia têm pequeno potencial de alterar o regime hidrológico em escala diária ou mensal, mas podem alterar ao nível subdiário e esse efeito depende das características de cada rio. Suzan Lannes (ABES) indagou sobre o efeito cumulativo dos empreendimentos hidrelétricos já instalados. O professor Walter Collischonn (IPH-UFRGS) informou que essa análise foi feita na primeira etapa do estudo e que o efeito cumulativo é pequeno. Rafael A. Bento (representante quilombola) indagou sobre o estrago que pode ser causado pelo efeito cumulativo. O professor informou que foi adotada uma regra hipotética, mas se a regra for diferente que o efeito também será. Comentou ainda que a outorga dos empreendimentos poderia considerar restrições na operação para minimizar esses efeitos. Débora Calheiros (FONASC) questionou a ausência da incorporação dos efeitos das barragens já existentes. O professor informou que, com a exceção de Manso, os efeitos das barragens já existentes foram considerados. Acrescentou que poderia ser interessante ter algumas diretrizes sobre regras de operação ao nível subdiário dos empreendimentos hidrelétricos. Suzan Lannes (ABES) recomendou incorporar o pior cenário de operação nas análises. O professor considerou que uma importante recomendação é que o último

empreendimento mais próximo do Pantanal tivesse uma operação mais próxima da vazão natural. Luciana A. Zago (ANA) destacou que o mais importante como recomendação do estudo é orientar a outorga, embora seja reconhecida a relevância de orientar os processos de licenciamento ambiental. Destacou que o resultado final do estudo ainda precisa considerar de forma integrada as outras frentes do trabalho. Nilo Peçanha C. Filho (COINTA) comentou que tem sido observado, na usina hidrelétrica ponte de pedra no rio Corrente, de que as variações provocam alteração de leito e das condições de navegação e destacou a necessidade de avaliar o efeito na última usina antes do Pantanal. O professor confirmou a observação de que essas variações de vazão causam a movimentação de sedimentos das margens. Isidoro Salomão (Comitê Popular do Rio Paraguai) informou atuação perto do rio Jauru e comentou as experiências de rio seco e cheio, e perguntou como enfrentar a irresponsabilidade de quem opera. O professor Walter Collischonn (IPH/UFRGS) comentou que deveriam ser monitorados os efeitos destas usinas hidrelétricas e seus empreendedores deveriam ser responsabilizados. Representante da FETAGRI perguntou sobre como seria a situação em caso de alguns anos de seca. O professor informou que o nível destes reservatórios é pequeno e a recuperação é rápida, de dias a semanas, mas a recuperação da bacia pode ser mais lenta. Belmiro Lopes (Federação de Pescadores de Mato Grosso) destacou que o efeito dessa variação de vazão sobre os peixes é significativo especialmente no rio Cuiabá, em que quase não se observam mais enchentes. Questionou o papel da ANA no controle dos rios federais. Luciana A. Zago (ANA) observou que o objetivo do estudo é enfrentar essa questão dos empreendimentos hidrelétricos e seus impactos.

“Composição do GAP” proposta de alteração pelo FONASC e atualização pela ANA

Luiz Henrique Noquelli (SEMA) resgatou o processo de criação do GAP e que sua composição foi formalizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Débora Calheiros (FONASC) resgatou o papel de pesquisadores e da sociedade civil na discussão da temática da água e no processo que conduziu à elaboração do plano de recursos hídricos. Ressaltou a demanda de ampliação da participação da sociedade civil no GAP, especificamente de indígenas, agricultores familiares e comunidades quilombolas, para que a distribuição seja equânime no grupo. Destacou a importância de assistir ao vídeo “O dia em que o rio secou”, que está disponível no Youtube. Comentou brevemente a proposta do FONASC para

alteração da composição do GAP (Anexo 5), apresentada na reunião anterior. Debora Calheiros (FONASC) manifestou que considera que as indicações da agricultura familiar e pescadores não deveriam passar pelos conselhos de recursos hídricos, mas pela organização e indicação do próprio setor. Ressaltou que tem atuado na mobilização da sociedade civil para participar do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Marcellus Mesquita (SINDENERGIA) considerou descabida a proposta de alterar a forma de indicação estabelecida pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Isidoro Salomão (Comitê Popular do Rio Paraguai) informou que sua organização existe há 20 anos e representa 10 comitês populares e que realizou evento com 1,4 mil participantes, reconheceu a importância de ampliar a participação da sociedade civil, reforçou a importância da proposta do FONASC e solicitou vaga do Comitê Popular do Rio Paraguai no GAP. José Luiz Gomes Zoby (ANA) ressaltou o contexto do decreto presidencial que extingue os colegiados, mas que aparentemente não afeta o CNRH e o GAP, mas recomendou aguardar o posicionamento final da Casa Civil, que deve acontecer até 1 de agosto. Acrescentou a notícia de alteração ministerial, com inclusão de dois novos ministérios, que teria também impacto na composição do GAP. Ressaltou também que o CNRH não está funcionando e aguarda um novo decreto presidencial de reformulação da composição. Débora Calheiros (FONASC) manifestou que é oportuna e necessária avaliar a proposta. Luiz Henrique Noquelli (SEMA) avaliou que não é o momento para encaminhar ao CNRH propostas de alteração da composição GAP, tendo em vista que ele está inoperante. Synara Broch (UFMS) considerou meritosa a proposta, mas discordou sobre o momento de discussão. Luiz Henrique Noquelli (SEMA) colocou para votação a questão de avaliar a proposição do FONASC. Votaram “Não” ANA, SEMA, UFMS, IMASUL, ABES, UFMT, FIEMT, FAMATO, FAMESUL, FIEMS, ABRAGEL, MDR, COOPEMAT e MME. Votaram “Sim”: Indígena, FETAGRI, FONASC e COINTA. Claudionor Angelli (COOPEMAT) disse que já foi significativamente desrespeitado pela representante do FONASC e se manifestou contra a proposta de retirar a sua instituição do GAP.

Acompanhamento e avaliação dos estudos dos empreendimentos hidrelétricos pela ABRAGEL

Delfim José Leite (ABRAGEL) informou que a empresa Ferreira Rocha foi contratada pela ABRAGEL em novembro do ano passado para avaliar os 16 produtos, já tendo avaliado metade deles. Comentou que não pretendia entrar, nesta apresentação (Anexo 6), no mérito técnico dos produtos. Relatou que, para avaliar os produtos, montou equipe técnica de

elevado nível. Destacou em especial a importância dos resultados da etapa final do modelo multicritério. Colocou à disposição da ANA os profissionais que estão trabalhando no projeto e manifestou que os produtos avaliados já trazem resultados inegáveis, especialmente na questão de sedimentos e de hidrologia. Entretanto, destacou que o estudo prioriza a avaliação das influências negativas dos empreendimentos hidrelétricos, mas que deveriam ser considerados também os aspectos positivos. Acrescentou também que há diferentes cenários que podem ser considerados ao invés de apenas cenários de exclusão ou inclusão integral dos empreendimentos hidrelétricos. Fez comentários a respeito da preocupação com a extrapolação dos resultados do rio Cuiabá para outros rios e a necessidade de melhorar as informações para a representatividade do estudo. Aparecida Vargas (ABRAGEL) reforçou a vontade, desde o início dos trabalhos, de acompanhar de forma mais próxima a elaboração dos estudos e discutir e contribuir para os resultados. Colocou a preocupação com o andamento dos trabalhos e o prazo para conclusão, que é dezembro de 2020. Destacou que o estudo deveria ponderar os efeitos de outros segmentos na questão e não penalizar apenas o setor elétrico. Sérgio Rodrigues Ayrimoraes (ANA) comentou que a ANA tem mantido o diálogo com a ABRAGEL e ressaltou que os produtos são parciais e representam o estágio do trabalho e que passam por revisões e consolidações posteriores. Perguntou se há produção de conhecimento na abordagem da ABRAGEL ou se há apenas uma análise crítica. Delfim José Leite (ABRAGEL) esclareceu que é uma análise técnica dos produtos e que produz recomendações.

Claudionor Angeli (COOPEAMAT) solicitou a palavra para manifestar que a realidade é de preocupação com a pesca. Manifestou que a Débora Calheiros não o representa que não representa a presidência da federação. Belmiro (Federação dos Pescadores de Mato Grosso) manifestou que reconhecia o Claudionor como representante dos pescadores no GAP.

Daniele Coelho (FAMASUL) solicitou que o GAP fizesse algum encaminhamento em relação à análise contratada pela ABRAGEL. Alessandra Panizi (SINDENERGIA) manifestou que era importante uma articulação dos trabalhos da ANA e da ABRAGEL. Marlian Leão de Oliveira (MME) manifestou preocupação com a continuidade dos trabalhos da ANA com relação à coleta de dados, fragilidades identificadas pela consultoria contratada pela ABRAGEL. Laura Garcia Venturi Rutz (FAMATO) esclareceu que, como membro do GAP, deseja a segurança sobre a qualidade dos estudos. Sérgio R. Ayrimoraes (ANA) propôs que a ABRAGEL encaminhe

suas análises e esclareceu que os trabalhos considerados maduros pela ANA são aqueles que têm sido apresentados ao GAP. A ABRAGEL manifestou seu entendimento de que os estudos em elaboração pela ANA deveriam ser aprovados pelo GAP e não somente pela ANA. Sérgio R. Ayrimoraes (ANA) esclareceu que cabe à contratante a aprovação dos produtos do contrato. Alessandra Panizi perguntou qual o papel do GAP em relação aos estudos dos empreendimentos hidrelétricos em execução pela ANA. Sérgio R. Ayrimoraes (ANA) considerou que cabe ao GAP acompanhar e analisar a implementação do plano e suas ações, conforme previsto na resolução de sua criação.

Encaminhamentos

ABRAGEL e outros membros do GAP encaminharão à coordenação do GAP a análise crítica dos produtos contratados pela ANA, referentes ao estudo sobre empreendimentos hidrelétricos, para manifestação.

ANA enviará, no final da próxima semana (17 de maio), o relatório e apresentação referente ao estudo tratado na reunião. Os membros do GAP terão 60 dias para enviar contribuições.